

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS, A LDB/96 E O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: implicações políticas, econômicas e sociais.** Thais de Souza Santana; Neusa Maria Dal Ri. Educação, Pedagogia, Departamento de Administração e Supervisão Escolar, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus Marília.

Com o fim da Segunda Guerra surgiu a necessidade de reordenamento da economia mundial. No entanto, com o início da Guerra Fria o mundo se dividiu em dois pólos centrais: o mundo socialista representada pela URSS e o mundo capitalista representado pelos Estados Unidos. Após o fim da Guerra Fria e a queda da URSS, os Estados Unidos passaram a expandir sua hegemonia.

Não havia mais confronto ante a expansão política, econômica e militar dos Estados Unidos. O planeta conhecia, agora, uma só potência e ela passa a ditar as ordens e estabelecer, por todos os meios, o molde a que todas as nações deveriam se acomodar [...] A dominação passava, agora, a ser absoluta e incontestada (SODRÉ, 1998, p. 15)

Os Estados Unidos passam a impor e a difundir uma *nova ideologia econômica* pautada no aprofundamento da exploração da economia dos países periféricos. As palavras de ordem disseminadas são a supremacia absoluta do mercado, reorganização econômica, supremacia absoluta das normas do capitalismo, abolição das restrições de entrada de mercadorias, (SODRÉ, 1998, p. 17); reforma do Estado, entre outras. A política neoliberal tem como uma de suas características principal a não intervenção do Estado na economia de seus países. A estratégia é o enxugamento do Estado, ou seja, a conformação do Estado mínimo que levará a uma auto-organização de cada economia local, além disso ele economizará recursos aportando poucos investimentos nos setores sociais. “O Estado era por definição mau gestor, não deveria operar na área em que as empresas privadas operavam, não deveria de forma alguma, ocupar-se de tarefas que deveriam ser próprias da área privada” (SODRÉ, 1998, p. 18). Porém, se temos uma economia na qual alguns países exploram os mais pobres, obviamente as economias dos países mais ricos não deixam de ter a intervenção do Estado.

A reorganização da geopolítica mundial e a *nova economia*, pautadas pelas normas do neoliberalismo, como não poderia deixar de ser, apresentam novas palavras de ordem para educação:

Qualidade total, modernização da escola, adequação do ensino à competitividade do mercado internacional, nova vocacionalização, incorporação das técnicas e linguagens da informática e da comunicação, abertura da universidade aos financiamentos empresariais, pesquisas práticas, utilitárias, produtividade, essas são as palavras de ordem do discurso neoliberal para a educação (MARRACH, 1996, p. 42).

Nesse sentido, para afirmar a política neoliberal, agências internacionais de financiamento fazem investimentos nos setores sociais nos quais o Estado (mínimo) deixou de investir, por exemplo, em estrutura urbana, saúde e educação. No Brasil uma agência vem influenciando de modo bastante significativo na educação. Trata-se do Banco Mundial (BM), que foi criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, e que é formado atualmente por um conjunto de instituições lideradas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Essas agências, pautadas no neoliberalismo, além de impor um determinado tipo de economia, também influenciam na elaboração das políticas públicas dos países.

Nos anos 80, com a emergência da crise de endividamento, o Banco Mundial e o FMI começaram a impor programas de estabilização e ajuste da economia brasileira. Não só passaram a intervir diretamente na formulação da política econômica interna, como a influenciar crescentemente a própria legislação brasileira. As políticas recessivas acordadas com o FMI e os programas de liberalização e desregulamentação da economia brasileira estimulados pelo Banco Mundial levaram o país a apresentar, no início dos anos 90, um quadro de agravamento da miséria e da exclusão social sem precedentes neste século, com cerca de 40% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza (SOARES, 1996, P. 17)

No Brasil, podemos citar uma das legislações que sofreu a influência dos condicionantes do neoliberalismo, trata-se da lei n. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Analisando o percurso histórico da elaboração da LDB/96, notamos que sua gênese dá-se num momento efervescente da reorganização e fortalecimento de diversos movimentos sociais, entre eles o dos educadores e estudantes por uma educação pública, gratuita, de qualidade e democrática.

Diversos documentos históricos, textos acadêmicos e reportagens de jornais datados do fim da década de 1980 e durante a década de 1990 referem-se aos movimentos sociais que atuaram intensamente na elaboração de um projeto de lei que atendessem aos anseios e necessidades educacionais do país.

É importante destacar o momento sócio-político-econômico do final da década de 1980, ou seja, o fim da ditadura militar. Em 1985, com o fim da ditadura militar, emergiu a necessidade da elaboração de uma nova Constituição Federal que atendessem às exigências do momento, já que o país passava por um processo de redemocratização da sociedade.

As lutas pelas liberdades democráticas; os primeiros grandes movimentos grevistas, o movimento pelas ‘Diretas Já’ pelo retorno de eleições para governantes; a conquista da liberdade de organização partidária, entre outras ações do campo trabalhista, político e social, configuram um ‘clima’ por maior participação e democratização das várias esferas da sociedade brasileira, incluindo-se a organização do próprio Estado (ADRIÃO; CAMARGO, 2001, p. 69).

Foi neste contexto que se iniciou a discussão para a elaboração de um novo texto que substituisse a lei n. 4.024/61- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) seguida de suas inúmeras reformas durante a ditadura militar, mas que já não mais atendida à realidade da educação e às expectativas da população brasileira.

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, já apontava novos rumos para a democratização da educação ao incorporar a gestão democrática como sendo um dos princípios da educação pública.

No percurso histórico da tramitação da LDB/96 diversas forças atuaram na disputa do poder, sendo esse processo marcado pela formação de dois grupos distintos: um grupo representante da sociedade e outro do governo.

Nesse processo, entraram em cena alguns atores que desempenharam papel de maior relevância na disputa que passou a ser travada no âmbito das duas casas do Congresso Nacional: alguns parlamentares que se destacaram, os Ministros de Educação – como representantes dos vários governos que se sucederam – e o Fórum em Defesa da Escola Pública, representando cerca de 34 instituições científicas e sindicais (SILVA, 1998, p. 28).

Destacamos nesse processo dois projetos de lei. O primeiro que havia sido apresentado pelo Deputado Octávio Elísio e teve como relator o deputado Jorge Hage. Este projeto foi discutido pelos diversos segmentos da sociedade acolhendo os anseios e as necessidades do contexto da época. Paralelamente ao projeto apresentado pela Câmara, iniciou-se a tramitação de um outro projeto apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro.

Apesar do esforço para a elaboração de um projeto da Câmara, o mesmo acabou recebendo inúmeras emendas esvaziando seu caráter democrático e não foi aprovado.

Numa análise comparativa entre os dois projetos notamos inúmeras diferenças de concepções.

Inaugurado como expressão da vontade coletiva e marcado pela lógica do direito à educação e do dever do Estado em atendê-lo, o projeto inicial foi sendo esvaziado em função das exigências de uma nova realidade que passou a se configurar a partir da inserção mais intensa do país no livre jogo da economia de mercado cada vez mais global e, conseqüentemente, da revisão do papel do Estado em função dos parâmetros da ‘nova ordem mundial’ (SILVA, 1998, p. 31).

Em 1992 a Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos (ADUFSCar) publicou uma análise comparativa entre os dois projetos apontando as suas principais diferenças.

A primeira das diferenças apontada está na descrição dos Princípios da Educação. No Projeto Jorge Hage apresenta-se os princípios da seguinte forma: igualdade de acesso, permanência e continuidade da escola, vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais. No Projeto Darcy Ribeiro a educação teria como princípio o progressivo acesso e continuidade na escola.

Outra diferença significativa refere-se aos fins da educação. No Projeto Jorge Hage os fins da educação seriam: desenvolver o ser humano para compreensão da sociedade, de seus direitos e responsabilidades objetivando sua participação política, o exercício do trabalho, a justiça e a felicidade humana. Já no Projeto Darcy Ribeiro a educação teria como finalidade desenvolver a pessoa para o exercício responsável da cidadania qualificando-a para o trabalho.

A gestão democrática também aparece de modo bastante diferente nos projetos. No Projeto Jorge Hage a gestão democrática abrange as escolas públicas e as que recebem recursos públicos, prevê conselhos, escolha de dirigentes pela comunidade escolar, prestação pública de contas, avaliação do desenvolvimento e discussão ampla de seus objetivos. No Projeto Darcy Ribeiro a gestão democrática abrangeria a escola pública, prevê a integração da família e comunidade; gestão descentralizada preferencialmente, participação democrática no processo educacional e órgãos colegiados compostos em sua maioria absoluta por professores. No projeto aprovado a gestão democrática aparece como um dos princípios da educação da seguinte forma: gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino:

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VIII – gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

[...]

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

A ideologia neoliberal não tem a pretensão de diminuir as desigualdades sociais, pois acredita que esses problemas são decorrentes da falta de técnicas bem empregadas. “Os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da educação se convertem em problemas administrativos, técnicos de reengenharia. A escola ideal deve ter uma gestão eficiente para competir no mercado” (MARRACH, 1996, p. 54).

Diante das questões abordadas elegemos como objetivo central deste trabalho identificar, analisar e compreender as principais influências educacionais, políticas e econômicas que incidiram sobre a elaboração da atual LDB/96, bem como a implantação da gestão democrática ao corpo da lei.

Com o fim da ditadura militar, em 1985, e o reordenamento da economia mundial, o Brasil inicia um novo momento em sua história. Após vinte anos de um período de repressão, a população respira novamente um ar que tendia a ser mais democrático, desse modo a chamada para a democratização do país fez-se presente. No âmbito educacional, ocorreu a necessidade de elaborar uma nova lei da educação, pois a aprovada, em 1961, seguida de suas inúmeras modificações, já não mais atendia às necessidades educacionais daquele momento. Sendo assim, a elaboração de uma nova lei, por um lado, busca abrir o espaço para que todos os segmentos possam participar da redemocratização da educação, porém, por outro lado, há a influência das normas e diretrizes de organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras que vem implementar uma nova maneira abordar a educação.

A presença de organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, nas políticas educacionais nacionais tem se tornado cada vez mais freqüente. Notamos, também, uma forte interferência do Banco Mundial na elaboração da LDB/96 sobre educação que se enquadra aos ideais neoliberais. Por outro lado, mesmo sob os pressupostos neoliberais, há inúmeros movimentos de educadores e da sociedade civil que buscam caminhos alternativos procurando romper com essa lógica.

Por tratar-se de uma pesquisa essencialmente bibliográfica e documental, compreendemos que o procedimento mais adequado é a leitura, análise e interpretação das diversas fontes publicadas referentes à temática, tais como legislações, artigos, livros e outros documentos anteriores e sucessores à aprovação da lei n. 9.394/96.

---

#### **Referências:**

ADRIÃO, Therera; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão na Constituição Federal de 1988. In: ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela (orgs). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. 2 ed. São Paulo: Xama, 2001.

ASSOCIAÇÃO dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Trajetória histórica no Congresso Nacional: Projeto Jorge Hage x Projeto Darcy Ribeiro. Uma análise comparativa. São Carlos, nov. 1992.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI Jr, Paulo (org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli. A nova LDB: do projeto coletivo progressista à legislação da aliança neoliberal. In: SILVA, Carmem Silvia Bissolli; MACHADO, Lourdes Marcelino (orgs.). **Nova LDB. Trajetória para a cidadania?** São Paulo: Arte&Ciência, 1998. p. 23-32

SODRÉ, Nelson Werneck. **A farsa do neoliberalismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Gaphia, 1998.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.